

**HABEAS CORPUS Nº 498.822 - SP (2019/0074382-7)**

**RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE : LUCIANO PEREIRA DA CRUZ**  
**ADVOGADO : LUCIANO PEREIRA DA CRUZ - SP282340**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : MAURICIO FERREIRA DOS SANTOS JUNIOR (PRESO)**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de MAURICIO FERREIRA DOS SANTOS JUNIOR contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo proferido no HC n.º 2011021-75.2019.8.26.0000.

Consta dos autos que o Paciente, juntamente com outros 15 (quinze) agentes, foi preso em flagrante, em 15/10/2018, pela suposta prática dos delitos de tráfico ilícito de entorpecentes, associação para tal fim, organização criminosa e posse ou porte de munição de uso restrito.

Segundo consta do auto de prisão em flagrante, a 2.ª Delegacia de Polícia da DISCCPAT/DEIC recebeu informações da localização de um imóvel no qual "*integrantes da organização criminosa PCC se reuniriam para o 'fechamento' da contabilidade da arrecadação proveniente do tráfico de drogas promovida pela organização*" (fl. 54). Identificaram que o imóvel aludido se localizava "*no meio da favela*" e, "*por se tratar de um local de difícil acesso e com iminente risco, dado a periculosidade dos investigados e organização e ousadia dos mesmos, solicitaram apoio a outros policiais da Delegacia, bem como ao GER*" (fl. 54). Com a chegada do reforço, "*tão logo ingressaram nas vielas ao entorno do imóvel alvo com o intuito de se aproximarem do local da reunião, alguns olheiros da organização passaram a efetuar disparos em direção [...] [aos policiais] sendo repelida a injusta agressão mediante alguns disparos, contudo os agressores se evadiram ao interior da favela. Após a fuga dos olheiros armados, os policiais conseguiram cercar o imóvel alvo, quando perceberam que seus integrantes subiram ao pavimento mais elevado, de onde passaram a arremessar telefones celulares, pen drive, chaves de veículos e também tentavam evadir-se, contudo não lograram êxito ante ao cerco ao imóvel. Alguns celulares foram recuperados, porém não localizaram nenhum pen drive*". Em seguida, "*ingressaram no imóvel e encontraram todos os indiciados ali reunidos, sendo que a*

*casa era desguarnecida de móveis, sendo destinada tão somente para reuniões da organização vez que não possui qualquer móvel que denotasse moradia, apesar de estar em boas condições para habitação". Em vistoria no referido imóvel, "localizaram um notebook, e diversas anotações de contabilidade, referente aos pontos de venda de drogas, denominados 'loja' pela organização criminosa, denotando que realmente se tratava de reunião para a contabilidade financeira da organização criminosa, onde cada integrante responsável por algum ponto de venda de droga apresentava sua prestação de contas", bem como "pequena quantidade de maconha, embalada em pequenos papелotes, além de algumas munições de fuzil e um único pen drive". Os policiais indagaram aos acusados qual seria o motivo da reunião e estes, de imediato, confirmaram "que estavam fazendo o fechamento da contabilidade da organização, sendo que quatorze, dos dezesseis indiciados que se encontravam no interior da residência no local dos fatos, possuem antecedentes criminais e são oriundos de diversas regiões da macro São Paulo, demonstrando que não possuíam qualquer vínculo com o local em que estavam, estando de fato todos eles no local para se reunirem [...] para tratar de assuntos de tráfico de drogas, haja vista a clandestinidade da reunião realizada às portas fechadas, como comprovada pela farta anotação apreendida" (fl. 51, sem grifos no original).*

Em audiência de custódia realizada no dia 16/10/2018, a prisão em flagrante foi convertida em preventiva.

Inconformada, a Defesa impetrou prévio writ, cuja ordem foi denegada. O acórdão foi assim ementado (fl. 22):

*"Habeas corpus Inépcia da denúncia Presença dos requisitos do art. 41, do Código de Processo Penal Descrição de fato típico, com base nos indícios trazidos com o inquérito Inocorrência Trancamento da ação penal Impossibilidade Habeas corpus Prisão preventiva Paciente envolvido em organização criminosa e associação para o tráfico Decisão devidamente fundamentada Presença dos requisitos da custódia cautelar Constrangimento ilegal Não caracterização Ordem denegada."*

Daí o presente writ, no qual o Impetrante sustenta que "o paciente não deu causa as imputações que lhe foram feitas, além de não incorrer nas normas penais incriminadoras aludidas na denúncia" (fl. 5).

Argumenta que "não foi encontrada a quantidade de entorpecente

*mencionada do auto de exibição e apreensão, estando a acusação fundada em meras conjecturas que se escoram em pretensas falácias do policiais civis, aludindo ao paciente, não há nada nos autos que faça presumir que Mauricio de Souza esteja atrelado aos pretensos fatos contra si perpetrados, além de não possuir qualquer dos apelidos ou alcunhas mencionados pelos agentes estatais" (fl. 5).*

*Aduz que "não ficou demonstrado ao longo do flagrante que o paciente tenha incorrido nos verbos aduzidos do tipo penal aduzido na denuncia em tela, justificando que o paciente faça parte de organização criminosa, sequer restou demonstrada a vinculação subjetiva apta a ensejar do recebimento da denuncia" (fl. 6), razão pela qual não haveria justa causa para a ação penal.*

*Assevera que "inexiste justa causa que autorize o prosseguimento do processo visto que sobejamente, os autos não apresentam os componentes básicos imprescindíveis a configuração de associação ao tráfico de entorpecentes e organização criminosa" (fl. 9).*

*Entende que os depoimentos prestados pelos policiais responsáveis pelas diligências que levaram à prisão do Paciente são "totalmente contraditórias e são frágeis para o recebimento da denúncia exortada, uma vez que não condizem com a realidade e precisão de ter o indiciado participado do delito nela incursionado" (fl. 12).*

*Requer, liminarmente, a concessão de liberdade provisória ao Paciente e, subsidiariamente, a substituição da prisão preventiva por medidas cautelares diversas previstas nos incisos I e III do art. 319 do Código de Processo Penal. No mérito, pleiteia seja concedido ao Acusado o direito de aguardar em liberdade o "trânsito em julgado material da ação penal" (fl. 20).*

*É o relatório inicial.*

*Passo a apreciar o pedido de provimento urgente.*

*A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante, e em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Todavia, ao menos por ora, não se mostram presentes os pressupostos autorizadores da medida urgente requerida no caso em apreço.*

*O Magistrado de origem converteu o flagrante em prisão preventiva, em*

decisão assim fundamentada (fls. 30-33):

"[...] No caso em apreço, a prova da materialidade e os indícios suficientes de autoria dos delitos encontram-se evidenciados pelos elementos de convicção constantes do inquérito policial, em especial as declarações colhidas, o auto de exibição e apreensão e o laudo de constatação da droga. Consta dos autos que Policiais Civis, durante investigações de campo na zona leste de São Paulo, receberam informações preciosas sobre a localização de um imóvel, no qual integrantes da organização criminosa PCC se reuniram para o 'fechamento' da contabilidade da arrecadação proveniente do tráfico. Apuraram que um imóvel situado no meio da favela seria o palco dos acontecimentos e verificaram que se tratava de uma casa assobradada com três pavimentos. Por se tratar de local de difícil acesso, solicitaram apoio a outros Policiais e ao GER. Com a chegada do reforço, tão logo ingressaram nas vielas 110 entorno do imóvel, alguns olheiros da organização passaram a efetuar disparos em direção aos Policiais, sendo repelida a injusta agressão mediante alguns disparos. Após a fuga dos olheiros armados, os Policiais conseguiram cercar o imóvel alvo, quando perceberam que indivíduos subiram 110 pavimento mais elevado e passaram a arremessar telefones celulares, pen drive e chaves de veículos. Eles tentaram fugir, mas não conseguiram em razão do cerco policial. Alguns celulares foram recuperados, porém não foi localizado nenhum pen drive. Os Policiais então ingressaram no imóvel e encontraram todos os autuados ali reunidos, sendo que a casa era desguarnecida de móveis que denotasse moradia. No local, localizaram um notebook e diversas anotações de contabilidade referente aos pontos de venda de drogas, denominados "loja" pela organização criminosa, denotando que realmente se tratava de reunião para a contabilidade financeira da organização, em que cada integrante responsável por algum ponto de venda de droga apresentava sua prestação de contas. No local ainda encontraram certa quantidade de maconha embalada em pequenos papелotes, balança de precisão, além de munições de fuzil e um único pen drive. Indagados informalmente acerca do motivo da reunião, os autuados de imediato confirmaram que estavam fazendo o fechamento da contabilidade da organização. Em seus interrogatórios, os autuados optaram por permanecer em silêncio. Trata-se, na hipótese, da apreensão de elevada quantidade de droga lesiva (cerca de 290g de maconha), devidamente embalada em pequenas porções prontas para a venda, o que, aliada às circunstâncias da prisão dos autuados, além da apreensão de balança de precisão, denota que se destinava ao comércio espúrio, até porque todos os autuados afirmaram na presente data que não são usuários de drogas, à exceção de Wilder, que afirmou fazer uso de maconha de vez em quando. Ou seja, tem-se a mistura perfeita para o fomento à criminalidade violenta. Daí a necessidade da cautela para a garantia da ordem pública. [...] Nem se pode cogitar, nesta análise preliminar, da aplicação do benefício previsto no artigo 33, § 4º, da Lei nº 11.343/06. Os requisitos necessários para o seu reconhecimento devem

*ser aferidos durante a instrução processual, pelo Juiz Natural, desde que comprovada a não dedicação a atividades criminosas - requisito cumulativo e que não se confunde com os bons antecedentes. Por outro lado, o animus associativo dos autuados é abstraído dos elementos de prova trazidos aos autos, notadamente o recebimento de informação privilegiada a respeito da reunião que iria ocorrer, confirmada pelo encontro de todos os autuados no imóvel em questão, desguarnecido de móveis, aliado à confissão informal dos autuados no sentido de que estavam fazendo o fechamento da contabilidade da organização, bem como a apreensão das planilhas referentes à contabilidade do tráfico, que contêm valores expressivos (que chegam a R\$ 600.000,00), bem caracteriza a estabilidade e permanência. Os altos valores mencionados evidenciam o risco concreto de reiteração criminosa, sendo a custódia necessária para garantir a ordem pública. A situação flagrancial está bem demonstrada, já que o delito de associação para o tráfico é de natureza permanente, de modo que admite a prisão em flagrante a qualquer tempo. Além disso, e conforme salientado pela Autoridade Policial no Histórico do Boletim de Ocorrência, **não há dúvidas de que o PCC se enquadra na definição legal de organização criminosa**. Por fim, também foram apreendidas no local 17 munições de fuzil. [...] Por outro lado, a preservação da ordem pública impõe a manutenção da custódia, especialmente em razão do tipo de munição encontrada, de maior vulnerabilidade. Não há, por outro lado, indicação precisa de atividade remunerada ou endereço fixo que ligue os autuados ao distrito da culpa, denotando que a cautela é necessária para a conveniência da instrução criminal e de eventual aplicação da lei penal. Nesse sentido, com exceção de Rodrigo e Paulo CESAR e CAYO declinaram domicílio em Guarulhos. e DANNYO declinou domicílio em Santo André. Não bastasse isso, em relação aos autuados ADILSON, FELIPE, CAIO, CHARLES, GEORGE. JESSE. KAIOUE. PAULO HENRIQUE. MAURÍCIO e RODRIGO, **verifico que são reincidentes** (Rodrigo, Paulo Henrique e Jesse são reincidentes específicos na prática de tráfico), sendo certo que ADILSON, FELIPE e KAIOUE estão em cumprimento de pena em regime aberto, e GEORGE PAULO HENRIQUE, RODRIGO. CAIO e MAURÍCIO em cumprimento de livramento condicional. [...]. A prevenção da reprodução de novos delitos é motivação bastante para assentar a prisão ante tempus (STF, HC 95.1 18/SP, 94.999/SP, 94.828/SP e 93.913/SC), não como antecipação de pena, mas como expediente de socorro à ordem pública, fazendo cessar emergencialmente a prática criminosa. [...] Por fim, destaco que as alegações da Defesa dizem respeito ao mérito, e com ele deverão ser analisadas em momento oportuno, após regular instrução, pelo Juiz Natural. [...] Deixo, ainda, de aplicar qualquer das medidas previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal. Isso porque nenhuma delas é efetivamente segregadora. As medidas referidas não têm o efeito de afastar o acusado do convívio social, razão pela qual seriam, na hipótese, absolutamente ineficazes para a garantia da ordem pública. 5. Destarte, estando presentes, a um só tempo, os pressupostos fáticos e normativos que autorizam a medida*

*prisional cautelar, impõe-se, ao menos  
nesta fase indiciária inicial, a segregação do(s) autuado (s) [...]"*

O Tribunal *a quo* manteve a custódia cautelar do Paciente, pois entendeu que o decreto prisional possui fundamentação idônea, pois "*indica, de forma concreta, que estavam presentes indícios de envolvimento do paciente na organização criminosa investigada, crime cuja gravidade nem se discute, tanto que foi preso em flagrante no interior de um imóvel em que estaria sendo realizada uma reunião do chamado 'Primeiro Comando da Capital', juntamente com diversos indivíduos*" (fl. 25).

Destacou que, no local em que foi realizada a prisão dos Acusados, foram encontradas: "*expressiva quantidade de drogas, balança de precisão e planilhas referentes à contabilidade do tráfico, com valores expressivos (em torno de R\$ 600.000,00)*", e acrescentou que, não bastasse isso, "*houve troca de tiros com indivíduos que estavam do lado de fora*" (ambos às fls. 25-26).

Por fim, salientou que o Acusado estava em livramento condicional e, "*ainda assim, voltou a ser preso em circunstâncias de extrema gravidade, o que reforça a verossimilhança da acusação*" (fl. 26).

Concluiu que a liberdade do Paciente, nesse momento, "*poderia prejudicar o regular andamento do processo, causar abalo à ordem pública e gerar sentimento de descrédito para o Poder Judiciário*" (fl. 26).

Diante de tal cenário, verifica-se que a prisão preventiva foi decretada com base em dados concretos – flagrante de indivíduos associados à organização criminosa denominada Primeiro Comando da Capital, no momento estariam reunidos para fazer o balanço do tráfico, em local no qual foram apreendidas drogas, balança de precisão e planilhas referentes ao comércio de entorpecentes, sem contar o fato de que os Agentes de Polícia foram recebidos a tiros por olheiros da associação – que, ao menos em um juízo de cognição sumária, constituem fundamentos idôneos para tal fim.

Ademais, especificamente em relação ao Paciente, salientou-se que este foi preso em flagrante quando gozava o benefício do livramento condicional, o que demonstra a habitualidade criminosa e evidencia a necessidade da prisão para a garantia da ordem pública.

No que se refere ao pleito de trancamento da ação penal, por ausência de justa causa, verifica-se que a Autoridade apontada como coatora, no acórdão ora

impugnado, não apreciou tal tese, o que, em juízo prelibatório, impede a sua análise por esta Corte Superior, sob pena de atuar em indevida supressão de instância.

Assim, a espécie em tela não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável no presente juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau e ao Tribunal *a quo* acerca do alegado na presente impetração, nas quais deverão constar a respectiva senha ou chave de acesso para consulta ao andamento processual, caso a página eletrônica da Corte *a quo* requeira a sua utilização.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora